

Deputado JALLES MACHADO
U. D. N. DE GOIÁS

O PROBLEMA DO PETRÓLEO BRASILEIRO

DISCURSO PROFERIDO EM 12-4-48 E PUBLICADO NO DIÁRIO DO CONGRESSO DE 13-4-48

1948
IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL

O SR. JALES MACHADO — (Lê o seguinte discurso): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: — Desejaria eu ser um artista que pudesse operar o milagre de contagiar o sabor dos temas políticos partidários ao que me traz à tribuna.

Dou hoje à Câmara a minha primeira colaboração, com relação ao problema do Petróleo Nacional. Indubitavelmente será o de maior magnitude que o Congresso terá a desafiar a sua capacidade, na presente Legislatura. Da sua solução poderá resultar a marcha forçada do Brasil para o concerto das grandes potências do mundo, levado na onda do seu petróleo, ou a continuação da sua marcha lenta e obscura que nos tem conservado entre os povos mais atrasados do mundo, enquanto temos sepultado sob nossos pés o mais estupendo instrumento de progresso de todos os tempos.

A tarefa do Congresso cresce em responsabilidade porque a discussão desse problema já está apaixonando todos os setores da vida nacional. Uma onda demagógica já o vai deslocando do ambiente de serenidade e compreensão patriótica, em que devia pairar, para as discussões apaixonadas, superficiais e estereis em que os mais leigos já se julgam mestres na matéria e com arroubos de literatura vão impressionando as massas. Nós que temos a responsabilidade direta perante a nação, devemos ter a coragem de recalcar nossos próprios pruridos demagógicos e enfrentar o problema dentro da realidade brasileira e do exclusivo interesse do Brasil com vontade firme, esforço e dedicação. O poder executivo já nos deu o exemplo.

Mandou-nos um ante-projeto acompanhado de todos os elementos de estudos, os mais completos e honestos que se poderiam desejar que uma plêiade de brasileiros, numa demonstração memorável de cultura e patriotismo, organizou, facilitando enormemente a nossa tarefa. Engenheiro do sertão que ao conceber seus modestos projetos, não poderia perder de vista os meios e os recursos disponíveis para realizá-los, o meu espírito, por isso mesmo, refratário às criações baseadas em fantasias, artifícios intelectuais ou divagações de ordem puramente imaginativa, é essencialmente objetivo. É, pois, sob o prisma de absoluta objetividade que abordarei o problema. Sinceramente convicto de estar servindo aos legítimos interesses da pátria, discutirei, com prazer, todas as objeções que me forem propostas para que, assim dos debates, eu possa avaliar a firmeza das minhas próprias convicções.

O PETRÓLEO E OS TRUSTES

Descoberto o petróleo nas exsudações naturais, foi considerado incômodo e prejudicial. Com aplicações restritíssimas, tinha interesse mínimo até a descoberta do motor de explosão. Data daí o início da procura, da caça, dos dramas e das tragédias subsequentes do petróleo. As primeiras fontes fáceis deram lugar a lucros extraordinários que possibilitaram a caça que a exaustão destas provocou através de camadas e camadas de subsolo. Mas as despesas eram tão ele-

- 4 -

vadas, a técnica tão custosa e os resultados tão incertos, que essa caça passou das possibilidades de entidades autônomas para só ser tentada por grupos delas. Daí nasceram os trustes e destes os magnatas das ações de controle.

Foram uma necessidade. Sem eles a indústria petrolífera não teria progredido com todas as consequências de uma verdadeira revolução na vida da humanidade. Na sua marcha gigantesca, foram esmagando os obstáculos. Foram um mal? Foram um bem? O fato é que foram um determinismo histórico, um instrumento de evolução dos povos. Sua potencialidade e autonomia também, decaíram. Suas funções econômicas e financeiras foram restringidas pela política. Hoje pouco mais são que instrumentos dos governos das grandes potências. Também o controle dos negócios do petróleo se deslocou, em grande parte, do ambiente econômico exclusivo, para o âmbito político. Temperados pelos governos, os trustes deixaram de oferecer os perigos de outrora. O próprio general Horta Barbosa, que os arrengou, reconheceu, em sua conferência, a fraqueza deles, no caso da Argentina e do Uruguai, onde não puderam ou não quiseram interferir na obtenção de técnicos, no fornecimento de refinarias, oleodutos, navios tanques e até concorreram com fornecimento de matéria prima para as refinarias nacionais.

Também o general Flores da Cunha os não desgosta porque, no seu último discurso, achou tão barata a gasolina que eles nos entregam que além de fornecer todos os recursos do nosso fundo rodoviário, poderão ainda proporcionar uma sobretaxa para inversão em nossas pesquisas. O Deputado Tristão da Cunha é da mesma opinião e, em parte, esclareceu que ao tempo em que os trustes nos entregavam a gasolina a Cr\$ 0,40, ela pas-

sava aos consumidores por Cr\$ 1,10, deixando, ao fisco e intermediário brasileiros, duas vezes o seu custo, isto é, lucro, de 150%.

A situação hoje é idêntica. Gasolina que nos é entregue a Cr\$ 0,60, ao consumidor custa Cr\$ 1,80. A quem, pois, mais devemos temer: aos trustes que nos entregam um produto ao preço x ou aqueles que dele se utilizam para nos arrancar três vezes o seu valor? Isto quando não intervem o câmbio negro.

A política de boa vizinhança e do panamericanismo do saudoso presidente Roosevelt e continuada pelo presidente Truman, porque, hoje, é já apanágio do povo americano, acabou por eliminar os perigos dos trustes do petróleo.

Se os trustes dominam o Petróleo no mundo, e, se a dependência deles, em que sempre temos vivido, nos é nociva, o caminho da libertação será, por o mais rapidamente possível, ao nosso serviço, o potencial petrolífero nacional, ainda que valendo-nos dos próprios recursos deles, porque assim, tem sido em todos os países produtores de petróleo do mundo, com exceção da Argentina.

O CAPITAL ESTRANGEIRO E O PETRÓLEO

O Relatório Odilon Braga, depois de analisar detidamente e com a máxima justeza os riscos e vulto dos capitais necessários às pesquisas até instalação do primeiro poço, disse que a Argentina foi o único país que se deu ao luxo de afrontar os riscos e os dispêndios da Indústria do Petróleo, aproveitando-se da coincidência de várias circunstâncias extremamente favoráveis e, sobretudo, do acaso da descoberta do seu petróleo, sem os grandes gastos das pesquisas e sondagens vagas e a esmo. Tratando do caso da Rússia, diz que Paul Astol-Alexander Michelson atribuem o pro-

gresso de sua indústria petrolífera a três ordens de fatores:

1) — a iniciativa, trabalho e a ciência dos russos;

2) — o fato de se desenvolver sob a égide de um grande e poderoso Estado;

3) — o concurso do capital estrangeiro.

Ao ter início a guerra de 1914, o capital estrangeiro (britânico, francês e norueguês), invertido na exploração do petróleo, na Rússia, elevava-se a 337 milhões de rublos e conclui:

“Expropriando campos petrolíferos em franca produção, destilarias de diversas capacidades, oleodutos, vagões e navios-tanques, aos Soviets tocou uma tarefa relativamente simples ao instituir o seu monopólio: — a de movimentar uma poderosa organização industrial, excelentemente montada, graças ao concurso da técnica e do capital estrangeiro, e, com os seus resultados, prosseguir nos trabalhos de pesquisa.”

Referindo-se ao México, esclarece que os capitais estrangeiros, de várias procedências, invertidos em poderosa instalação de pesquisa, lavra, transporte, refinarias elevaram-se a mais de 500.000.000 de dólares e termina:

... “Por conseguinte, no México, tal como sucedeu na Rússia, o monopólio do Estado foi instituído sobre estupenda base industrial firmada pela técnica e pelo capital estrangeiros.”

Para o tesouro da Venezuela, só do petróleo, está entrando anualmente, com tendência a crescer rapidamente, uma renda de Cr\$ 3.000.000.000,00, fora o que entra pela importação das próprias companhias. E' patente pois que, pelo menos uma grande parte do seu petróleo está revertendo ao país

em outras utilidades. Se a economia daquele país não se beneficiar com tão vultoso alento das suas finanças; se sob o afluxo de tantos recursos não surgir ali uma sólida superestrutura econômica baseada numa rede de transporte e na industrialização do país, caso não fôsse preferido pelo governo venezuelano, com tais recursos, levantar por si, ou concessionários nacionais, sua própria indústria petrolífera, culpa não caberá aos concessionários estrangeiros. O que não se poderia esperar é que tal fôsse possível, na ausência do petróleo.

Mas, na verdade, não sabemos o que se passa exatamente naquele país e também o tempo é muito curto para se avallar das repercussões reais da sua política petrolífera. Pelo menos ela sabe da sua riqueza potencial e efetiva. Hoje ou amanhã, tomará conta dos seus destinos, estimulada pelas transformações inevitáveis, consequência do seu próprio potencial petrolífero, pois assim foi, em outros países

Mas o caso da Venezuela e outros semelhantes não aproveitam ao caso do Brasil como argumento contra a diretriz do ante-projeto proposto.

Porque aqui as jazidas são propriedade privada e empreceptível da nação. E' o próprio governo que as explorará por si ou concessão.

A nossa pátria já muito deve ao capital estrangeiro que, aqui, lado a lado, quando não na vanguarda, tem colaborado intensa e lealmente em todos os ramos de nossas atividades.

Com o capital estrangeiro temos recebido técnicos e profissionais especializados que têm sido verdadeiras escolas para os nacionais, e a própria base do modesto progresso industrial que ostentamos. Se assim é, não se justifica o pavor que nossos nacionalistas procuram impregnar às massas, no caso do Petróleo. A capacidade de defesa brasileira, será

tão deficiente que não encontrará meios de resguardar a soberania nacional sem recusar-lhe os instrumentos essenciais ao seu fortalecimento que, no caso do Petróleo, indubitavelmente, são a técnica e os capitais privados estrangeiros, porventura postos ao nosso alcance?

O CUSTO INICIAL E OS RISCOS DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA

O custo normal das pesquisas e descoberta das fontes petrolíferas são tão elevadas, não só em capital, mas em trabalho, estudos, iniciativas, organizações, persistência e riscos que só mesmo os grandes lucros auferidos nas primeiras explorações, onde o petróleo se apresentou, a bem dizer, espontaneamente, permitiram o prosseguimento à sua caça através de espessas camadas do subsolo. Daí a afirmação do Relatório Odilon Braga:

“Em se tratando de pesquisa e lavra os dispêndios preparatórios e os riscos são de tais proporções que afugentaria os capitais comuns”.

Ilustremos os fatos, transcrevendo alguns exemplos concretos e números esclarecedores:

“Quando a empresa descobre um campo de óleo, ela deve começar imediatamente a desenvolver e a procurar outros campos de óleo a fim de conseguir o volume de reservas, e de produção diárias que justificaria o emprêgo de capital necessário para instalar as facilidades de transporte necessárias para levar o petróleo do campo aos lugares onde ele poderá ser vendido.

Em localidades isoladas e inacessíveis, torna-se necessário desenvolver um grande volume de reservas e de produção potencial antes de instalar um sistema de transportes. Numerosos campos

de óleo de dimensões normais devem ser desenvolvidos antes que se possa satisfazer estas exigências”.

Algumas estatísticas podem ser citadas aqui a fim de ilustrar o grande emprêgo de capital inicial necessário para desenvolver um campo de óleo numa região nova antes de começar a exploração comercial.

Na Venezuela, nestes últimos 30 anos, várias grandes empresas de petróleo tentaram descobrir e desenvolver reservas de petróleo.

Até o momento presente, somente 4 destas empresas conseguiram amortizar o capital empregado.

Uma destas 4 companhias, entre os anos de 1921 e 1928, gastou 43 milhões de dólares, e perfurou 42 poços secos antes de descobrir o seu primeiro campo de óleo. Depois disso, empregou mais 22 milhões de dólares para o desenvolvimento e facilidades de transporte, durante os 3 anos seguintes antes de lhe ser possível entregar no mercado o seu primeiro barril de óleo. A média do emprêgo de capital dessas 4 companhias, antes de sua primeira venda de petróleo foi de mais de 30 milhões de dólares. Outras 2 companhias gastaram mais de 20 milhões de dólares cada uma e uma sétima gastou mais de 15 milhões de dólares, antes do seu primeiro embarque de petróleo.

Vinte e quatro outras empresas, na sua maioria sólidas e bem experimentadas, empregaram um total de 49 milhões de dólares em tentativas fracassadas, para descobrir petróleo em quantidades comerciais.

A história da exploração e desenvolvimento do petróleo na Colômbia é semelhante à da Ve-

nezuela. Na Colômbia, das muitas companhias que trabalharam neste país, somente uma conseguiu recuperar o capital, tendo empregado \$ 48.600,00 no desenvolvimento de seus campos de óleo e nas facilidades de transporte antes de começar a vender petróleo.

Duas outras conseguiram uma produção comercial e uma quarta descobriu um campo que produz um pequeno volume de petróleo de baixa qualidade. Uma delas empregou \$ 60.300.000 no país antes de sua primeira venda de petróleo. Uma quinta gastou perto de 30 milhões de dólares sem obter nenhum resultado positivo.

"No Equador, uma das maiores companhias de petróleo mantém sob concessão por mais de uma década, a região a leste da cordilheira dos Andes, conhecida como "Oriente". A área desta concessão é aproximadamente de 10.000.000,00 hectares. Em 1938 ela começou a campanha de exploração utilizando a fotografia aérea, os mapas geológicos e as investigações geofísicas. Nos 2 últimos anos, conseguiu perfurar 2 poços pioneiros numa estrutura que se acreditava favorável à acumulação de petróleo.

Ambos os poços eram secos, a companhia já gastou aproximadamente 10 milhões de dólares com resultados negativos, mas continua com a sua campanha.

uma outra grande companhia possuindo por concessão uma área de 5.500.000 hectares, empregou 22 milhões de dólares e perfurou 16 poços secos e recentemente renunciou à concessão retirando-se do país.

Na Suadi Arábia, uma única concessão abrange 103.000.000 hc.

A Companhia que a possui já empregou aproximadamente 200 milhões de dólares no desenvolvimento de um volume diário de produção de 300.000 barris de petróleo e está se preparando para gastar mais 135 milhões de dólares num sistema de transporte por oleoduto".

Nos E. Unidos, até 1929, a porcentagem de aproveitamento dos poços perfurados era de 4,9% para subir após extraordinários progressos da geofísica e conhecimento mais perfeito da geologia americana e até pela vizinhança de depósitos já conhecidos a 19,6%. Mas a causa principal de tão sensível aumento de rendimento, o relatório Odilon Braga assim resalta:

"Nos E. Unidos da América, porém, as regiões a pesquisar são povoadas e são abastecidas por um comércio de tudo bem provido poderoso e ativo. Há excelentes vias de comunicação, que as põem em fácil contacto com os grandes centros fabris e bancários. As despesas de aquisição e transporte de máquinas e de material de sondagem estão reduzidas ao mínimo. Empresas especializadas em estudos de geologia e geofísica incumbem-se sob condições favoráveis de todas as operações convenientes. Em suma; não obstante muito pesadas, as despesas de pesquisa são suportáveis, não só pelas reservas especiais de capital das grandes "corporations" como igualmente pelos recursos financeiros do produtor independente desprovido de organização técnica.

A comprovada presença de óleo mineral em regiões vizinhas justifica todas as esperanças..

Sem embargo disso, vimos que cerca de oitenta por cento do tempo e do dinheiro gastos na pesquisa de petróleo são ali perdi-

dos. Eis uma das razões, segundo esclarece Frankel, pelas quais a produção do óleo bruto há de ficar sempre amarrada ao problema da amortização dêsse enorme peso morto. Os poços produtivos têm de recuperar no decorrer da lavra, o inútil e pesado custo dos poços secos.

"Dispêndios tão elevados compõem sem dúvida o elemento dominante do custo do óleo bruto. E, por igual explicam até certo ponto, o fenômeno da chamada "lavra gananciosa". O pesquisador que jogou todo o seu capital e houve de recorrer à moeda de empréstimos tem justificada pressa de salvar o capital empatado. Ninguém ali se lembraria de lhe oferecer reajustamento econômicos ou "descapitalizações", por conta do Estado, estranhos processos de que, nos países economicamente deseducados, se valem os mais "aptos", ou menos produtores, para atirar às costas dos menos "aptos" — os que constituem a Nação — os duros encargos dos seus erros ou imprudências.

Ao entrar no caso do Brasil, quero apresentar aos Srs. Deputados, que se interessam pelo problema, este mapa (*exibe*). A área amarela indica as zonas petrolíferas e os números mostram as regiões, as províncias. Dentro do círculo, vê-se a zona baiana.

Os Srs. Deputados que quiserem acompanhar a minha explanação têm no à sua disposição.

O CASO DO BRASIL

O que dizer com referência ao Brasil, considerando, não somente a região baiana, (ver o mapa) mas o maciço dos nossos terrenos sedimentares situados no coração da Amazônia em pleno sertão inóspito. Este qua-

dro panorâmico real tem estado ausente àqueles que entendem e desejam que aos nossos minguados recursos seja reservada exclusivamente a pesquisa do nosso potencial petrolífero. A amplidão de nossas áreas sedimentares supera todas as áreas idênticas reunidas dos países sul-americanos. Querer que seja pesquisada pelos recursos nacionais e sobretudo pela exclusiva iniciativa estatal é o mesmo que deixá-las ao abandono perpétuo, privar a pátria e a humanidade das riquezas por acaso ali sepultadas.

O Sr. Aristides Largura — V. Excia. permite um aparte?

O SR. JALES MACHADO — Pois não.

O Sr. Aristides Largura — Veja bem o nobre colega. O petróleo, para vir à flor da terra, para ser industrializado, requer esta obra ciclópica. Até hoje, não fomos capazes de explorar economicamente o ferro, que está à superfície, e pretendemos, agora, meter-nos num empreendimento como este, que vai consumir nossos recursos.

O SR. JALES MACHADO — V. Excia. tem inteira razão. No decorrer do meu discurso referim-me-ei a este ponto.

Significará isso resguardar a nossa soberania? Não.

A soberania de um país é principalmente resguardada e garantida pela potencialidade financeira e econômica internas. No mundo de hoje, essa potencialidade se patenteia essencialmente pela presença abundante do Petróleo.

Retardar, ou impedir pois a sua exploração intensiva e extensiva sob o pretexto egoísta e aváro de que isso deva ser reservado exclusivamente a capitais nacionais, que não temos, será tudo, menos nacionalismo.

O Sr. Aristides Largura — Tudo, menos patriotismo.

O SR. JALES MACHADO — Significa, isto, sim, renunciar à conquista de uma verdadeira, para permanecermos na pseudo-soberania em que vegetamos e que poderá ser suprimida no instante mesmo em que nos forem recusados suprimentos de petróleo.

Essa é a crua realidade.

Atentemos para estes números:

Area sondada no Brasil com o dispêndio de Cr\$ 374.000.000 de cruzelros. 6.000 hectares.

Em relação à superfície sedimentar mínima brasileira, que é de 300.000.000 hectares, a porcentagem da área sondada é de 0,0017 % sem termos ainda capacidade para mais de 5 % do nosso consumo.

Note-se que a região baiana está próxima da costa, de mercados fornecedores, servida por boas vias de transporte e onde já estava desvendada a existência do petróleo, quando ali iniciou as atividades o Conselho Nacional do Petróleo.

Lancemos as vistas sobre o mapa do Brasil, e meditemos o que significa pesquisa e sondagem nos sertões amazenses para então chegarmos a evidência de que na proporção do que já foi feito na Bahia, com grande esforço, sacrifício e patriotismo, só depois de alguns séculos atingiremos o núcleo central do nosso potencial petrolífero.

A esse tempo o petróleo já será possivelmente coisa do passado. A desintegração atômica será talvez então a nova fonte de energia.

NOSSA ESCASSÊS DE CAPITAL

Num orçamento onde a verba pessoal absorve normalmente 50 % da receita e da qual só se tem podido destacar 5,5 % para a agricultura, 19,50 % para a Viação e 11 % para Educação e Saúde, departamentos em

que se apoia a produção nacional, se poderá pensar, seriamente, em conseguir recursos suficientes para a intensificação das pesquisas, na escala da grandeza e amplitude das nossas bacias sedimentares?

O Sr. Aristides Largura — E isso num momento em que o nosso parque ferroviário clama por auxílio, a fim de poder atender às necessidades econômicas e rurais.

O SR. JALES MACHADO — Chegarei a esse ponto, nobre colega.

Pretenderão os que assim pensam, ser permitido aos governos conscientes desviar recursos dos mais comuns deveres na manutenção das nossas fontes de produção e assistência à nossa gente, para invertê-los em empresas de resultados tão incertos e longínquos?

Esse jogo não é defeso a governos equilibrados, mas às grandes empresas petrolíferas cujos lucros acumulados em outras regiões lhes permitem exercitá-lo.

Só os ausentes da nossa realidade, sustentam que o Brasil tem capacidade de investimento suficiente para estabelecer a nossa indústria do Petróleo. Porque ainda o não fizemos, então? A superestrutura de uma exploração petrolífera, além de altamente custosa, depende principalmente de equipamento de importação. Onde, as divisas necessárias?

Estudando a capacidade de investimento do nosso país, o ensigne economista patricio, Eugênio Gudín, lança esta advertência:

“Está a merecer um brado de alarme o erro que estamos praticando, em ritmo crescente, de absorver, desastrosamente, as escassas economias de que dispomos, em investimentos governamentais de grande vulto e duvidosa eficiência.”

Nem é verdade a alegação de que a iniciativa privada é falha.”

"Num país como o nosso em que a Renda Nacional é baixa e portanto escassas as economias disponíveis para investimentos, o ritmo do progresso econômico depende da boa utilização das escasas economias nacionais e da *capacidade de atração do capital estrangeiro*."

Estes são os conselhos dos nossos economistas e aqui o deputado Tristão da Cunha, do partido do ex-presidente Artur Bernardes, não se cansa de nós-los repetir.

Muitos argumentam com o recurso dos empréstimos externos.

Possíveis fossem, seria prudente sobre-carregar a nação, nas suas gerações vindouras em investimento considerado verdadeiro jôgo?

O general Marshall falando recentemente em Bogotá, sob verdadeiro assédio das nações sulamericanas, que reclamavam a extensão à América Latina do seu plano para a Europa, visando financiamento para suas fontes produtoras, depois de se referir aos formidáveis encargos que pesam sobre o seu país, com a situação da Europa, teve oportunidade de afirmar "que os Estados Unidos, por si sós, não podem financiar a reconstrução dos países da América e que estes devem contribuir para a afluência de capital privado aos seus países."

São ainda palavras suas, na mesma oportunidade:

"Meu governo está preparado para aumentar a escala de assistência que esteve prestando para o fomento econômico das Repúblicas Americanas. Mas está fora do alcance da capacidade do governo dos Estados Unidos, o financiar, por si só, mais de uma pequena porção da *vasta inversão necessária*."

O capital exigido durante anos, deverá proceder de fontes privadas, tanto nacionais como estrangeiras" que se canalizará para

aqueles países, onde receba um tratamento equitativo."

Por outro lado, o recentíssimo estudo do senador Roberto Simonsen, condensando o pensamento da Comissão Executiva, do Conselho Interamericano do Comércio, de que é Presidente, assim se expressa no capítulo "Necessidade de Capitais":

"Não obstante as prováveis exportações dos países da América Latina, (frente plano Marshall) e a possibilidade de se resolver, em boa parte a atual escassez de dólares, ainda assim terão que enfrentar o grave problema de capitais. O aumento das exportações e a urgente necessidade de renovação e ampliação de seus equipamentos de produção e transporte, acham-se dificultados não só pela falta de divisas, como também pela insuficiência de suas *poupanças disponíveis* que são inferiores às *necessidades dos países latino-americanos*. A ampliação dos investimentos, mediante a concessão liberal de empréstimos por parte dos sistemas bancários, de cada país, provocará em geral, grave situação, com prejuízo dos grupos mais pobres de seus habitantes, e a conseqüente redução do nível de vida."

A solução desse angustioso problema de carência de capitais, suscetível de anular as vantagens que poderão advir do plano Marshall, não é possível, atualmente, senão através da concessão de empréstimos pelo Banco Internacional, de Reconstrução e Desenvolvimento e pelo Export-Import Bank dos Estados Unidos, com as limitações de seus estatutos em vigor e pela maior intensificação da corrente de inversões privadas norte-americanas, para a América Latina.

Lembra, pois, a Comissão a conveniência de que os governos la-

tino-americanos propiciem um clima imprescindível às inversões".

São os economistas sul-americanos reunidos em Bogotá, que confessam a escassez de capitais e apelam para os Estados Unidos. É a Comissão Inter-americana, de Comércio, por seus órgãos autorizados, que constata a mesma realidade e preconiza o apelo aos capitais privados externos. Assim o fazem encarando apenas o financiamento das fontes econômicas normais principalmente a produção e o transporte. Aqui o que assistimos é a paradoxal atitude dos nossos nacionalistas a quererem que os mínguaos recursos que ainda contemporizam essas fontes, sejam desviadas para o jogo do petróleo.

Não andamos, premidos pela necessidade de fomentar nossa produção, a solicitar capital estrangeiro para restaurar o nosso parque industrial e ferroviário? Não está o governo abonando um vultoso empréstimo externo possibilitando à Light recursos no estrangeiro para reforçar o suprimento de energia elétrica, apenas numa faixa do litoral, quando o nosso enorme potencial hidráulico aí está intacto e, em todo o Brasil até as indústrias primárias de transformação estão com o desenvolvimento recalcado por falta de energia elétrica, que não surge à míngua de capital para a sua captação? Não estão os nossos portos a exigir restauração imediata e aparelhamento ameaçando gravemente a nossa economia?

até quem chegue a aconselhar para

Porque então alimentar nos menos avisados, estimulando um nacionalismo prejudicial, essa crença infantil de que dispomos de recursos próprios para pesquisar o nosso território. Há evitar o capital estrangeiro, o recurso às emissões. No meu entender, esse conselho é um verdadeiro absurdo.

Num círculo vicioso se situam os que pretendem recursos com impostos

específicos sobre determinados artigos, como se a fonte única de todos os recursos não fossem a própria renda nacionalidade que semelhante tributação viria debilitar ainda mais.

O nosso caminho lógico e sensato e que melhor consulta os interesses nacionais é o recurso a técnica e ao capital estrangeiro, sem ônus para nós, e com o empenho apenas de uma fração das riquezas que essas entidades nos vierem desvendar.

Se obtiverem grandes vantagens, tanto melhor para nós, pois a grande parte delas, nos tocará.

Teremos pago assim, um tributo que outras nações também pagaram possibilitando as inversões que têm suprido o mundo do precioso ouro negro, suprimento a que devemos o grau de progresso que atingimos.

Contudo, devemos contar com a resistência dos adpetos do credo Soviético. Mas, a mais difícil de superar é aquela oriunda daqueles, dignos do nosso maior respeito, aos quais o relatório se refere, quando articula:

"A opinião que mais tememos, porém, é a dos homens inteligentes e sinceros, que se julguem habilitados a divergir do anteprojeto sem maiores estudos, sem passar pelas hesitações que a progressiva análise das dificuldades do problema nos levou a superar. Em alguns, a predominância da cultura jurídica fará com que não se apercebam da importância de certos aspectos econômicos".

O Brasil exige daqueles que fria e realisticamente meditam sobre os seus problemas fundamentais o sacrifício de certos pruridos demagógicos e a coragem de reagir contra exóticos nacionalismos que consolente ou inconscientemente sacrificam interesses que lhe são vitais.

EMPRESAS ESTATAES E EMPRESAS PARTICULARES

Há os que propugnam que a indústria do petróleo deve ser exclusivamente estatal porque esta não visa lucro.

Perguntaria, porque essa idiosincrasia contra o lucro? Acaso não é ele o único estímulo das iniciativas em todas as manifestações da atividade humana? Não é ele, afinal, o desdobrador de todas as criações em que se assenta a evolução da humanidade? E' dele, em última análise, que provem as rendas públicas e portanto, os fundos para cobrir os deficits das indústrias estatais do Brasil. Esta a realidade brasileira e está na consciência de todos.

Onde e qual a indústria ou serviço público produzindo mais barato que o particular?

Se a indústria da eletricidade no Brasil fôsse exercida diretamente pelo Estado seria melhor organizada? mais barata? Quem ousaria afirmar? os serviços das estradas de ferro federais são melhores, mais organizados, mais baratos que os das empresa particulares? Não! São os piores, os mais caros e deficitários. Os dividendos e lucros que os Empresas particulares distribuem não afetam e nem tornam os seus serviços mais caros que os oficiais. Não vai nisso nenhum desabono aos seus administradores. A causa é inerente à natureza deles.

Já, fui diretor de Empresa de Eletricidade particular, também diretor de Estrada de Ferro Federal. Naquella, eu tinha plena autonomia e agia conforme as circunstâncias e no sentido da economia e da eficiência, com resultados positivos. Nesta, assistia a verdadeiros absurdos de ordem administrativa, sem poder intervir porque isso me era vedado, ora pelos regulamentos, ora pelo código de contabilidade, ora pelas determinações dos

órgãos superiores ou peado pela legislação trabalhista, garantido a ineficiência, o desleixo, o relaxamento.

Inquéritos administrativos eram frustrados pela solidariedade da classe, sempre vigilante. Assim, deficit, evitáveis, são a consequência, a despeito do esforço e honestidade dos diretores.

Nos Estados Unidos, modelo das democracias, da organização, da eficiência, todos os serviços públicos são exercidos por empresas particulares ou concessionárias.

No próprio setor do petróleo, admitir-se-á que, se fôsse explorado exclusivamente pelo Estado, teríamos seus produtos aos preços e abundância atuais e sobretudo teríamos a sua distribuição organizada, atendendo eficientemente a todas as regiões do globo?

Nas empresas particulares a seleção e escolha dos administradores é feita pelos mais diretamente interessados e mais de perto acompanham o desenvolvimento da ação e dos negócios, podendo discernir as aptidões. O lucro resulta da organização, do esforço, da coordenação e portanto da eficiência.

Nas Empresas Estatais a escolha dos administradores é feita por quem, não sentindo de perto as palpações da indústria ou dos negócios e nem neles tendo interesse direto, desconhece as aptidões não se falando nas interferências de ordem política, nem nos interesses particulares, e muitas vezes ocultos, de terceiros. Nas primeiras a responsabilidade é direta e imediata. Nestas, indireta e remota, quando exista.

Decididamente esse não será o melhor caminho a seguir, no caso do petróleo. Se for preferido não tenhamos ilusões, a gasolina nacional se transformará num novo fardo à nossa economia, pois sem proteção alfande-

garia não concorrerá, em preço, com a estrangeira. Volta Redonda aí está, como advertência.

CAMINHO A SEGUIR

Pelos argumentos até aqui expendidos parece-me ter ficado bem claro:

1.º — que nossas bacias sedimentares, superando, em amplitude, todas as demais reunidas da América Latina, são susceptíveis de conter o maior potencial petrolífero da América, e não podem continuar segregadas da pátria e do mundo.

2.º — que a exploração intensiva do nosso petróleo é do absoluto interesse do Brasil;

3.º — que as empresas estatais não são, no caso do Brasil, as mais adequadas para a pesquisa e exploração do petróleo;

4.º — que as sociedades mixtas, também, no Brasil, até aqui, não deram resultados suficientes para que delas possamos esperar a eficiência e rendimento que a urgência da integração do petróleo à nossa economia requer;

5.º — que essa urgência e essa necessidade não devem comprometer a nossa soberania e nem as reservas nacionais do petróleo;

6.º — que na falta absoluta de meios para investimentos nacionais só temos o recurso de aceitar a colaboração da técnica e do capital estrangeiros de que todos os países produtores de petróleo se socorreram, exceto a Argentina;

7.º — que esses capitais, oriundos de *trusts* ou de outras fontes, na sua feição atual, não são ameaças à nossa soberania como o não foram todos que aqui tem aportado e contribuído para o nosso progresso:

Nessas condições o nosso estatuto do petróleo para atender integralmen-

te aos supremos interesses nacionais deverá alcançar os seguintes objetivos capitais:

1.º — resguardar de modo absoluto a nossa soberania;

2.º — preservar o nosso potencial petrolífero, se existente, da exaustão rápida ou do seu desproporcionado empenho aos capitais alienígenas.

3.º — criar efetivas e substanciais Reservas Nacionais, distribuídas por todas as regiões petrolíferas.

4.º — obrigar que as pesquisas e lavras se estendam por todas as bacias sedimentares para que tenhamos conhecimento real do nosso potencial petrolífero e para que todas as regiões possam receber as influências da força econômica que porventura elcerrem.

5.º — Não fechar as portas a qualquer colaboração ou elementos idôneos, venham de onde vierem, pois a tarefa é ingente e de interesse nacional, panamericano e universal.

6.º — Dar efetivas oportunidades e garantias aos capitais investidos, nacionais ou estrangeiros sem o que não surgirão.

Com lealdade e justa satisfação, devemos reconhecer que o ante-projeto remetido pelo Governo, ao Congresso, em suas linhas gerais, atende a todos esses objetivos capitais. O estudo, o esforço e o patriotismo do Congresso o completará. No bojo mesmo dos documentos que o acompanham, há elementos preciosos que desde logo podem ser aproveitados.

Nos seus artigos 1.º e 18, e subsidiariamente por outros, atende ao 1.º objetivo — resguardar de modo absoluto a nossa soberania sobre a riqueza petrolífera.

Merece especial menção e louvor o modo magistral como o ante-projeto atendeu aos objetivos 2.º, 3.º, e 4.º isto é, preservando o nosso potencial

petrolífero da exaustão rápida e do seu empenho desproporcionado ao capital alienígena: criando substanciais reservas nacionais, distribuídas uniformemente por todas as nossas bacias sedimentares; fazendo, do mesmo modo, com que a pesquisa e a lavra, obrigatória e paulatinamente, se estendam de modo constante e uniforme por todas as bacias. E é de ressaltar que, bem compreendida, essa forma será suficiente para desarticular qualquer exaltação nacionalista radical.

Realmente, o ante-projeto prescreve: (aqui chamo a atenção para o mapa que mandei distribuir):

1.º — que as províncias sedimentares serão cobertas por um quadriculado de retângulos contíguos, tendo por lados a extensão correspondente a um grau inteiro de longitude por outro de latitude, numerados seguidamente de norte a sul e de leste a oeste.

2.º — que as autorizações para pesquisas só serão concedidas para os retângulos de numeração ímpar;

3.º — que as autorizações para lavra só serão concedidas na metade da área pesquisada.

Portanto, pelo ante-projeto, teremos insofismavelmente, assegurado às reservas nacionais, três quartas partes de nossa área sedimentar, pela seguinte forma:

1.º — Reserva, já pesquisada, de uma quarta parte das áreas sedimentares (metade das áreas pesquisadas dos retângulos ímpares, art. 41, parágrafo primeiro);

2.º — Reserva em estado virgem da metade de nossa áreas sedimentares (totalidade dos retângulos pares, artigo 24, parágrafo segundo);

e ainda mais,

3.º — Estando os retângulos ímpares, assim como os pares, distribuídos uniformemente por toda superfície se-

dimentar, necessária e automaticamente, nossas reservas, tanto as virgens (totalidade dos retângulos pares), como as pesquisadas (metade dos retângulos ímpares), estarão também distribuídas uniformemente por todo território nacional.

Para melhor concretizar, passemos aos números:

Superfície total estimada e aproximada das províncias sedimentares .. 300.000.000 ha.

Lado de 1 retângulo de 1 grau de longitude por um grau de latitude .. 1.100 kms.

Superfície de cada retângulo 1.210.000ha.

Totalidade dos retângulos quadriculados 250.

Totalidade dos retângulos ímpares. 125.

Área máxima concessível para pesquisas em todo o território nacional — totalidade dos retângulos ímpares 150.000.000 ha.

Área máxima concessível para lavra em todo o território nacional .. 75.000.000 ha.

Portanto dos nossos 300.000.000 hectares, de áreas sedimentares, apenas 75.000.000 de hectares, isto é, a quarta parte poderão ser lavradas, com participação do capital estrangeiro. As outras 3/4 partes constituirão as reservas nacionais.

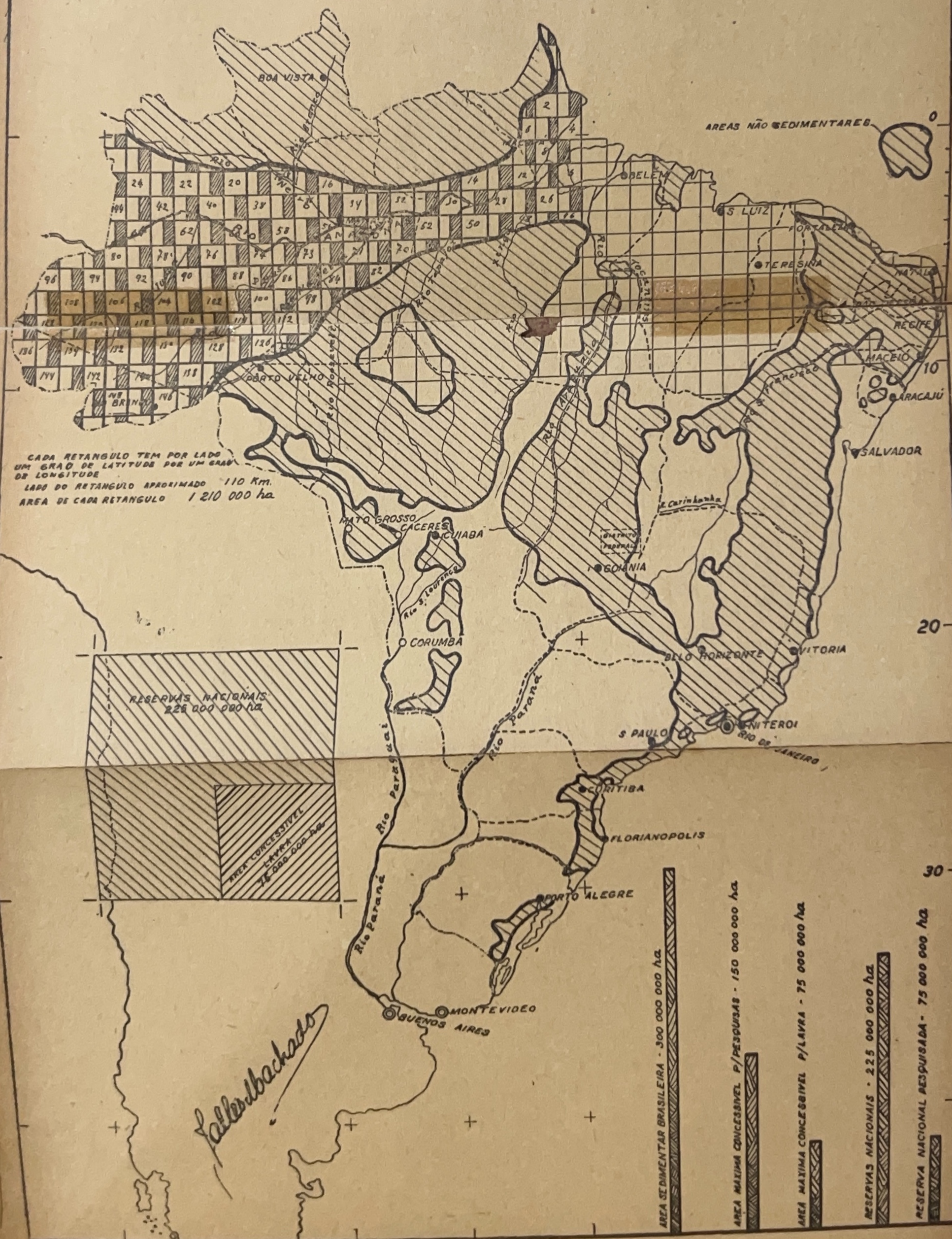
Pela forma de distribuição forçosamente, essas reservas nacionais, em parte, já pesquisadas, estarão entremeadas com as áreas em lavra e assim, presentes, com absoluta uniformidade, em todo o território. Portanto, existisse o hipotético perigo de acombarcamento pelo capital estrangeiro, o mais que arriscaríamos seria o resultado que colhessem na exploração de quarta parte das áreas sedimentares.

Em troca, receberíamos, entretanto, na pior das hipóteses:

50

70 60 55 50

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA, REFERENTE A REGIÃO AMAZÔNICA, DA DISTRIBUIÇÃO DAS ZONAS SEDIMENTARES PARA PESQUISA (RETÂNGULO IMPARES), PARA LAVRA (METADE RETÂNGULO IMPARES) E PARA RESERVAS NACIONAIS (RETÂNGULOS PARES MAIS METADE RETÂNGULOS IMPARES) APÓS TODAS CONCESSÕES PERMITIDAS NA FORMA DO ANTEPROJETO DE ESTATUTO DO PETRÓLEO



1.º Pesquisa gratuita da quarta parte das nossas bacias sedimentares;

2.º Contribuições de aproveitamento variando de 11 a 15 % de produção (art. 58, a, b e c; art. 2.º, a e b);

3.º Conhecimento efetivo do potencial de nossas reservas;

4.º Conhecimento efetivo da topografia e da geologia de tôdas as nossas províncias sedimentares;

5.º As superestruturas, revertidas ao término de cada concessão, inclusive estradas e demais benefícios, que em virtude da exploração forem vinculadas à região.

De boa fé, convenhamos e confessemos que teremos vantagens.

A participação dos capitais estrangeiros não excluindo a iniciativa estatal, ou semi — estatal (através das sociedades mistas) e nem dos capitais nacionais, dá oportunidade ao estabelecimento do regime de livre concorrência e portanto do aproveitamento ao máximo de tôdas as iniciativas, segrêdo do melhor êxito possível a qualquer empreendimento. Falhas, sem dúvida, conterà o anteprojeto. Mas o debate amplo e honesto da matéria sem dúvida levará o Congresso a dotar o país do seu Estatuto do Petróleo que será o instrumento com que traremos à tona o estimulante máximo da grandeza nossa e das Américas.

CONCLUSÃO

No relatório que ofereci como relator da Comissão Especial do Porto de Santos, mostrei que o congestionamento dos portos brasileiros, por desaparelhados, estava acarretando um prejuízo anual, à economia do país, de, aproximadamente, Cr\$... 1.200.000.000,00 dado o aumento de 25% sobre os fretes marítimos que ele causou.

O orçamento da restauração necessária, é da ordem de Cr\$ 2.000.000.000,00 sendo que só os dos portos do Rio de Janeiro e Santos

montam em Cr\$ 900.000.000,00. Não temos podido dominar essa calamitosa situação, à míngua de recursos internos e se cogita, como única solução, de apelar para os capitais estrangeiros. Pergunto: seria lícito ao governo deixar de atender a essa situação angustiosa que diz diretamente com a produção e economias nacionais e desviar recursos para o jogo do Petróleo?

Enquanto estamos cada vez mais privados dos meios de produção com os pôrtos desaparelhados, as ferrovias no estado de penúria material que todos sabemos, escassez de meios de transporte de toda ordem, sobre o povo se atiram impostos, (Federal, Estadual e Municipal) cada vez mais pesados. Mas não é só através do orçamento que se agrava cada vez mais a fragélina economia nacional. Ai estão verdadeiros impostos sob o disfarce de sobretaxas: portuárias, ferroviárias, rodoviárias e muitas outras. Só as sobretaxas portuárias arrecadadas pelo porto de Santos, em 1946 subiram a Cr\$ 24.132,500.

Os recursos nacionais só se poderão apresentar através 1.º de Empresa (monopólio) estatal; 2.º Empresa semiestatal; 3.º de Empresas Particulares. Sob qualquer dessas modalidades a fonte única será a economia particular. Nas duas primeiras modalidades, seria atingida compulsoriamente na 3.ª voluntariamente.

Em se tratando do Brasil, já demonstramos a ineficiência funcional da 1.ª modalidade, isto é, a do monopólio Estatal, e não precisamos repisar. Se se tratasse de empreendimento bancário e segunda modalidade (sociedade mixta) poderia despertar algum interesse porque o Banco do Brasil seria um exemplo da sua probabilidade de êxito. Em se tratando, porém, de empreendimento industrial e de resultado problemático e remoto como é o do petróleo, aí estão Vol-

ta Redonda e Vale do Rio Doce como espantalhos.

O desalento dos acionistas é geral e absoluto. As cotações, na Bolsa, das ações dessas Companhias refletem e justificam esse desalento. Teriam além disso, a concorrência da Fábrica Nacional de Motores e da Cia. Hidroelétrica do São Francisco e de muitos outros em projeto. Poderíamos ter esperanças na última, isto é, nas empresas particulares? Companhias petrolíferas particulares, nos primórdios da campanha pelo petróleo nacional, conseguiram, com muito esforço, subscrição e somas, longe de poder atender os seus abjetivos. O fracasso de todas elas, acrescidas do de tantas organizações, honestas e desonestas, que pulularam no período agudo da inflação, não deixam nenhuma esperança de sucesso, já pela escassez de sobras de economia, cada vez mais sem ambiente para se formarem, mas principalmente pela falta desse grande e essencial elemento: *Confiança*.

Fechar pois as portas ao Capital Estrangeiro é adiar *sinedia* a solução do problema.

Possível fôsse agravar mais ainda a capacidade contribuidora do povo

brasileiro, seria patriótico, seria do interesse nacional, comprometendo a marcha lenta da nossa evolução, aumentar a carga que já esmaga a geração atual para tentar um jogo que positivo resultante seria totalmente em benefício da vindoura? Não, senhores Deputados. Esse não é o caminho certo. Porque correr o risco de privar a Nação do mais extraordinário instrumento de progresso, sob o impulso egoístico de não querer que o Capital estrangeiro que no'lo revelasse, correndo aliás os riscos que não estamos em condições de arrostar, participasse dos benefícios comuns? Não tenhamos receios de empenhar uma fração do nosso potencial petrolífero, se existente em troca da sua revelação e do conhecimento da geologia do nosso território e daqueles que necessariamente antecederão a este, além das contribuições de exploração e dos patrimônios revertidos, ao final das concessões.

Só assim teremos a garantia de transmitir aos nossos filhos, que nos serão gratos, um Brasil realmente soberano e forte. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).